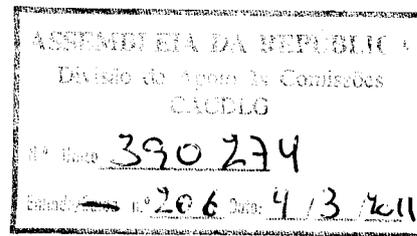


Aprovado por unanimidade,  
na ausência do PEU, na reunião  
da CACDLG de 9.3.2011.



GRUPO PARLAMENTAR



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades  
e Garantias  
Dr. Osvaldo de Castro

Assunto: *Requerimento para audição do Senhor Ministro da Justiça*

Por impulso do PSD, o Senhor Ministro da Justiça deslocou-se a esta Comissão, no passado dia 15 de Fevereiro, para prestar esclarecimentos sobre, entre outros temas, a demissão do procurador Rui do Carmo do cargo de director-adjunto do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e os eventuais constrangimentos existentes no que respeita à formação inicial dos magistrados.

Nessa audição, as respostas dadas pelo Senhor Ministro não foram conclusivas em relação à abertura, ou não, de curso de ingresso no CEJ, muito embora tenha sido dito que o Governo pediu ao Observatório Permanente de Justiça Portuguesa um estudo sobre o modelo de recrutamento e formação no CEJ, o qual estará concluído em finais de Maio de 2011 e com base no qual será apresentada, até 15 de Setembro de 2011, proposta de lei sobre a matéria.

Vimos posteriormente a ter conhecimento, pela comunicação social, que o Senhor Ministro da Justiça terá mesmo suspenso novos cursos para juizes e magistrados do Ministério Público, apesar de não o ter admitido na audição parlamentar.

Mais recentemente, notícias dão conta que o director-adjunto do CEJ, Fernando Ventura, deverá proximamente formalizar a sua demissão, o que, a confirmar-se, constituirá a segunda demissão no espaço de um mês.

*Distúrio de a  
4-3-2011*



GRUPO PARLAMENTAR

Importa, pois, pedir esclarecimentos adicionais ao Senhor Ministro da Justiça sobre esta matéria, em face dos novos acontecimentos.

Por outro lado, tomámos hoje conhecimento que a auditoria realizada ao sistema informático dos tribunais – CITIUS – terá detectado 21 falhas de segurança, o que constituiu motivo de muita preocupação, atendendo a que terá sido possível, por exemplo, a qualquer utilizador no interior da rede da justiça alterar ficheiros antes de chegarem ao seu destinatário ou subverter dados no envio de peças processuais na aplicação utilizada pelos advogados.

Impõe-se, assim, a imediata audição do Senhor Ministro da Justiça, Dr. Alberto Martins, para que esclareça, perante a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, estas situações.

Assim, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição, nesta Comissão, do Senhor Ministro da Justiça.

Palácio de São Bento, 4 de Março de 2011

Os Deputados do PSD,

*Teresa Teófilo*  
*Hugo Veloso*